



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 07/2016

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim

Realizada em 13 de abril de 2016

----- Aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara interveio para dar conhecimento aos vereadores do programa provisório da Comemoração do 25 de abril, bem como entregar a documentação relativa à listagem atualizada das habitações disponíveis para arrendamento, pertencentes à Edilidade e tabela com as despesas com a Unidade Móvel de Saúde. Continuou a sua intervenção dando nota que realizar-se-á no dia 16 de abril, no Edifício Espaço Guadiana, uma reunião alargada com várias entidades oficiais, no âmbito das conclusões das Jornadas do Mundo Rural, bem como informar das

inscrições de 2 (duas) candidaturas à Bolsa de Iniciativas ao PDR2020 para a constituição de Grupos Operacionais, em áreas como a floresta e cinegética, cuja liderança da última área ficará a cargo da Federação de Caçadores do Algarve, em parceria com a Câmara Municipal. Ainda endereçou convite aos vereadores opositores para participarem na referida reunião. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar, no seguimento do proferido pelo presidente, qual o objetivo da candidatura a apresentar ao PDR 2020. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que as conclusões dos temas abordados nas Jornadas, pelas entidades presentes foram unânimes, na identificação do problema que o concelho apresenta, designadamente a alteração substancial ao nível da paisagem, e é nesse sentido que considera que deverá existir uma ação coordenada que envolva várias parcerias para o melhoramento da mancha florestal, para que a mesma se “afirme como património importante na área do ambiente”. Findou referindo que a finalidade desta reunião é a abordagem de conhecimentos técnicos/académicos dos grupos operacionais, para que se possa desenvolver trabalhos de campo, sessões de estudo, etc, no fundo “um estudo com intervenção”, tendo o vereador José Galrito usado da palavra para acrescentar que os referidos estudos/intervenções servirão para dar sustentabilidade ao trabalho realizado ao longo dos anos. O presidente mencionou de seguida que é necessário igualmente um reforço na candidatura apresentada, a nível de desmatção/desramação, para que haja a defesa de o interesse comum entre as pessoas/território. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para questionar sobre a candidatura da Federação de Caçadores do Algarve, tendo o presidente usado da palavra para mencionar que a mesma prende-se igualmente com o problema detetado, no setor da cinegética, nomeadamente com a caça menor, e como tal espera também um estudo com intervenção. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para alertar em relação à caça menor que os responsáveis pelos vários estudos “esquecem-se” muitas vezes que a caça está a ser atingida por várias pragas, que estão a sofrer mutações, ano após ano, e que os vírus encontram-se mais resistentes, o que



poderá levar ao desaparecimento da mesma, tendo dado como exemplo de seguida as pragas (proceccionária) que atingem os pinheiros mansos, e o programa visualizado, sobre o assunto, no canal Odisseia. Findou referindo que ambas as temáticas (floresta e cinegética) tem sido esquecidas pelas várias entidades. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para referir que os contributos prestados são interessantes para uma discussão mais alargada, no seio de responsáveis que “respiram e vivem estas temáticas”. Continuou referindo, que na reunião de trabalho encontra-se confirmada a presença de uma entidade, cujo trabalho encontra-se inserido na temática das pragas e sustentabilidade da floresta, e que em sua opinião o desbaste poderá minimizar o alargamento da proceccionária. Finalizou mencionando que o problema foi precocemente detetado, porém, não foram tomadas as devidas diligências, devido ao cumprimento das normas europeias. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para referir que no programa da Odisseia, sugeriam a plantação de outras árvores (castanheiro, sobreiro, etc.) no combate à proceccionária, no entanto, considera que essa medida não é plausível para o nosso concelho, porque se deverá privilegiar as árvores autóctones. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que os vários estudos elaborados (floresta/pinheiros) “causam-lhe alguma revolta”, dado que não são conclusivos, e pelo facto dos responsáveis/investigadores, serem os mesmos a “realizarem o estudo, a apresentar propostas e até a reconhecerem os erros”. Ainda frisou que a realização desses estudos contemplam verbas avultadas, e que posteriormente finalizados originam dados inconclusivos. ----

----- O presidente da Câmara interveio para informar que no concelho de Alcoutim não existem estudos elaborados com o objetivo de consolidar “o que está feito”, e como tal considera que devemos entender esta temática como “um ciclo”, onde deverá existir uma intervenção profunda, no sentido de corrigir o “menos bom”. Findou referindo que aguarda que estas jornadas de trabalho, apresentem resultados profícuos. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para fazer uma retrospectiva dos eventos/iniciativas ocorridos(as), nomeadamente a XI Edição da Feira dos



R

Doces d' Avó (25 e 26 de março), III Festival de Caminhadas (09 e 10 de Abril) e IX Prova de Atletismo GP (10 de Abril), organizado pelo Centro de Apoio aos Trabalhadores (CAT), deixando de seguida um agradecimento aos funcionários/colaboradores do Município, CAT, Clubes/associações, pelo trabalho desenvolvido, disponibilidade e profissionalismo demonstrado, nos referidos eventos. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para questionar o ponto de situação do processo Indeminização à Empresa Luar do Rio – Restauração e Animação Lda – Ratificação (contraordenação da ASAE por falta de declaração de instalação), que foi presente a reunião ordinária de 13 de janeiro de 2016, nomeadamente da comunicação tida com a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), tendo o vereador Paulo Paulino usado da palavra para esclarecer que a Edilidade ainda não rececionou qualquer informação da ASAE, porém, poderá facultar cópia dos ofícios enviados. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que nos anos 2014/2015 foram atribuídas verbas/apoios às Juntas de Freguesia (JF), para a limpeza e deservagem das estradas/povoações, e é nesse sentido que mostra o seu descontentamento, dado que a mesma não está a ser regular e efetuada de acordo com o protocolo aprovado, exemplificando sobre a Estrada Regional (ER) 124, junto à sua habitação, em Martim Longo. Frisou ainda que considera que se gasta “balúrdios” com estes apoios, “muito mais do que se gastava no passado com a contratação de empresas privadas, onde se criavam postos de trabalho, e onde a limpeza era bem feita”, e que o executivo permanente tem conhecimento que as referidas entidades não tem capacidade para executar esses trabalhos, e continuam a atribuir apoios financeiros nessas áreas. Finalizou alertando o presidente para a situação existente, uma vez que o trabalho é feito “tardamente”, bem como mencionar que deveríamos exigir o cumprimento do protocolo, dado que no corrente ano (2016) nada foi feito, “e de uma forma encapotada compramos tratores, máquinas de limpeza”. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para proferir o seguinte discurso, que se passa a transcrever: *“Diz o sr. presidente que não gosta de show off na comunicação social, mas constatamos que através destes órgãos de comunicação o sr. presidente divulga a atribuição de subsídios e a*

4 

elaboração de protocolos com várias instituições . Tais factos levam a crer serem da sua única e exclusiva iniciativa, mas gostaria de elucidar os menos esclarecidos que todas estas ações são cópia da praticada pelo anterior executivo, durante anos. O sr. não trouxe, nem traz nada de novo a Alcoutim. Continuamos à espera das vossas ideias, continuamos à espera do fazer mais e melhor”. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para alertar igualmente o vereador José Pereira que a estrutura do Outdoor junto à cabine telefónica, e pertencente ao Partido Social Democrata (PSD) não apresenta as melhores condições de segurança, pelo que, considera que deverão ser tomadas as devidas diligências, para solucionar o problema. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para frisar que foi dado conhecimento à Câmara Municipal que o PSD autorizava a mesma, a utilizar o Outdoor para publicidade, pelo que, considera que a chamada de atenção é um “aproveitamento político”, ao invés, do que referiu no que concerne ao problema da deservagem, “porque em dois anos gastou-se € 300.000,00 para limpeza dos montes, e nada está a ser feito”. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio novamente para proferir o seguinte discurso, que se passa a transcrever: “ *A carta, ofício, aviso, lembrete, anotação, memorando entregue ao sr. Ministro em 11 de março de 2016. Como é possível constatar na mesma entregue a nós, não constam qualquer assinatura. Sendo um documento que consideramos da máxima importância, não teriam V/ Ex^{as}, a atenção de guardar em arquivo, cópia devidamente assinada por quem de direito. Mas vamos aos factos: Pelo que pudemos ler no referido documento, o problema para V/ Exas, advém do encerramento da extensão de saúde de Vaqueiros, problema este pouco relevante quando os srs. foram coniventes e concordantes com o encerramento das extensões de Giões e Pereiro, este é só mais um. O médico afeto à extensão de Martim Longo tem condições para atender os utentes afetos à extensão de Vaqueiros, uma vez que o n.º de utentes por médico de família é muito inferior aos 1900 atribuídos por Lei. Ponto sete da referida carta poderá ler-se “A ARS tem deslocado para Alcoutim o médico que desempenha funções em Martim Longo”. Havendo apenas um médico é lógico que este se divida pelos dois organismos. Pelo atrás*

[Assinatura]

R

exposto verificamos que os srs não informaram o ministro do seguinte: Que este médico e enfermeiro estão afetos à Unidade Móvel de Saúde por protocolo entre a Câmara e a ARS das 12.00H às 16.00H; Não informaram o sr. Ministro que anterior a este protocolo, existia outro com a cruz vermelha na qual o referido médico e enfermeiro também prestaram serviço; Não informaram o sr. Ministro que são coniventes com esta situação; Não informaram o sr. Ministro que o médico ficou impossibilitado de exercer funções na extensão de Martim Longo e Centro de Saúde de Alcoutim; Não informaram o sr. Ministro que a responsabilidade da falta de médico em Alcoutim é única e exclusivamente vossa. Contribuindo assim para o agravamento do problema. E, ainda mais caricato da questão e passamos a citar o ponto oito: “ O Centro de Saúde de Alcoutim continua sem médico à segunda-feira”, julgamos ser esta uma opinião de mau gosto, para quem quer demonstrar preocupação e insatisfação pelo estado da saúde em Alcoutim, lamentamos, Alcoutim merecer mais e melhor”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para reiterar as declarações proferidas no que se refere ao “show off” da comunicação social, “quem me conhece sabe que não procuro, não ando atrás, isso são ataques, como aqueles que ouvi na interpretação do memorando”. Quanto à questão do memorando lembrou que não participou no processo do encerramento da extensão de Vaqueiros, cujo despacho encontra-se datado de 13 de outubro de 2013. Deu nota que, após a sua tomada de posse (15 de outubro), teve reuniões com as entidades responsáveis, no sentido de reivindicar a reabertura desse espaço. No que respeita à falta de médico, em Alcoutim mencionou que não é da sua responsabilidade, como todos tem conhecimento, porque a solução não passa diretamente por si, bem como frisar que todo o acompanhamento da Unidade Móvel de Saúde - UMS (médico e enfermeiro) foi devidamente justificado e apresentado junto da Administração Regional de Saúde do Algarve (ARS), tendo a mesma entidade “aplaudido para que isso viesse a acontecer”, como tal solicita respeito pelas suas atitudes/opiniões, uma vez que também respeita a dos outros.

----- A vereadora Dr^a Dalila Barros interveio novamente para mencionar que o presidente referiu que “não gosta de show off e que são ataques”, porém,


6

D

a mesma considera que são realidades, porque as notícias “não aparecem nos jornais, porque o senhor quer ou não que apareçam”. Relativamente à UMS lembrou que a mesma já se encontra em funcionamento há vários anos, “sem que nunca tivesse ocorrido qualquer choque, entre o Centro de Saúde e UMS”, e como tal é da opinião que o presidente é responsável pela situação atual, porque o mesmo poderia ter contratado um médico reformado ou outro “que nada tivesse a ver com o Centro de Saúde”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para refutar novamente as afirmações proferidas, dado que o médico afeto à UMS nas freguesias de Vaqueiros e Martim Longo, só foi posteriormente afeto ao Centro de Saúde de Alcoutim com a ausência da Dr^a. Conceição Cunha, tendo a vereadora Dr^a. Dalila Barros usado da palavra para informar que o Dr. José Tavares já tinha efetuado consultas no Centro de Saúde de Alcoutim, “se não sabe devia saber”. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para salientar que o presidente deve aceitar as opiniões demonstradas, dado que, no passado os “senhores acusaram-nos de muita coisa e agora esquecessem-se do que disseram”, exemplificando de seguida que “fomos acusados de utilizar a comunicação social para promoção e de utilizar dinheiros próprios da Edilidade, em proveito próprio da imagem”, tendo o presidente da Câmara desafiado para a apresentação de dados concretos. O vereador continuou a sua intervenção referindo que a publicação de notícias poderá “denegrir ou beneficiar a imagem, quer a gente queira ou não”, e nesse sentido leu de seguida a declaração apresentada pelos vereadores da oposição “na altura”, e que consta em ata n.º 15/2010, de 08 de setembro, e que se passa a transcrever: *“terrorismo político é utilizar a comunicação social, paga com o dinheiro da Autarquia”*. Findou mencionando que quando argumenta é porque tem dados concretos, e como tal considera que o presidente foi deselegante na sua afirmação. -----

----- O vereador José Galrito interveio para referir que a declaração apresentada nessa reunião “foi apenas da sua autoria”, e prendia-se com provocações numa reunião anterior (julho de 2010), por parte do executivo permanente. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

7



R

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º69) respeitante ao dia 12 de abril, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.170.293,80; -----

----- Operações Orçamentais - € 876.819,06; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 286.062,59. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O Senhor presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 06/2016**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 23 de março de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira no montante de € 4.370,32 (quatro mil trezentos e setenta euros e trinta e dois centimos) à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, para fazer face à aquisição de material de captação de sinal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- **EMPREITADA DE ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS – LAR DE MARTIM LONGO – SUBSTITUIÇÃO DE CAUÇÃO POR GARANTIA BANCÁRIA:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, que se proceda à aprovação do reembolso à empresa Consdep – Engenharia e Construções, S.A, no valor de € 24.571,49 (vinte e quatro mil quinhentos e

R

setenta e um euros e quarenta e nove cêntimos) referente a 5% de reforço de caução, descontado nos respetivos pagamentos, por substituição pela garantia autónoma n.º 2016.01069 emitida pela LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mutua, S.A, no valor de € 24.571,49 (vinte e quatro mil quinhentos e setenta e um euros e quarenta e nove cêntimos). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO ENTRE O INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA E O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM – ESTÁGIO CURRICULAR NO APOIO AS ATIVIDADES DESPORTIVAS:**

Foi presente uma proposta do vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal de acordo a alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro aprovar o protocolo entre o Instituto Politécnico de Beja e o Município de Alcoutim. ----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **FINANCIAMENTO PARA CONSTITUIÇÃO DO DECIF 2016:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo da LCPA, aprovar o Protocolo de Colaboração a celebrar entre os Municípios do Algarve, a FBA e a ANPC para manter na região o DECIF 2016, transversal a todo o distrito com elevado grau de segurança e eficácia, com uma comparticipação financeira de € 20.610,00 (vinte mil seiscientos e dez euros). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO CARENCIADA – PROC. N.º 3/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no

9



R

sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) ao Cláudio Marques Gonçalves, com vista à criação de condições de habitabilidade. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO CARENCIADA – PROC.**

N.º 4/2016: Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) à D. Rosa Maria Martins, com vista à criação de condições de habitabilidade, e adaptação de casa de banho para mobilidade reduzida. ----

----- A vereadora Drª Dalila Barros interveio para mencionar que em sua opinião, o apoio facultado é diminuto, tendo em conta o orçamento apresentado. O presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que foi criado um plafon para estas situações. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mostrar igualmente a sua preocupação, e referir que os critérios utilizados deverão ser revistos pelo Gabinete de Ação Social, perante situações desta natureza. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO CARENCIADA – PROC.**

N.º 5/2016: Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 1.830,00 (mil oitocentos e trinta euros) à D. Maria Marcelino Mulungo Nunes, para fazer face

com as despesas da mensalidade do filho à instituição Fundação Irene Rolo.---

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO CARENCIADA – PROC.**

N.º 6/2016: Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 512,40 (quinhentos e doze euros e quarenta centimos) ao sr. Carlos Afonso Dias Galrito, para fazer face a despesas com a medicação para perturbação de hiperatividade e défice.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **COOPERAÇÃO ENTRE A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, IP E O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM – APROVAÇÃO DO PROTOCOLO:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar o protocolo de cooperação, com vista à execução do programa oficial de controlo da qualidade de água da praia do Pego Fundo, na época balnear de 2016. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ACORDO ENTRE A SOGILUB E O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM (PRODUTOR DE ÓLEO USADO (PROU) N.º 080201082):**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar o acordo em epígrafe, com vista a estabelecer a relação entre o Sistema Integrado de Gestão de Óleos Usados (SIGOU) e o Município de Alcoutim, enquanto produtor de óleos usados. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade,

aprovar a referida proposta. -----

----- **ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TARIFAS DE ÁGUAS E RESÍDUOS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar conceder a isenção total do pagamento das tarifas de disponibilidade e variável dos serviços de águas e resíduos às seguintes instituições: Alcance – Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio; Centro Cultural e Recreativo da Barrada; Aprofip – Associação de Profissionais de Figo da Índia Portugueses; Associação Sociocultural e de desenvolvimento dos Tacões; Grito d'Alegria – Associação Cultural e Recreativa dos Amigos de Giões; Centro Recreativo e Cultural do Laborato; Centro Cultural e Recreativo do Pessegueiro, bem como conceder a isenção total do pagamento das tarifas de disponibilidade e variável dos serviços de águas e resíduos, durante o ano civil de 2016, às seguintes autarquias locais: União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, Freguesia de Giões, Freguesia de Martim Longo e freguesia de Vaqueiros.-----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para questionar se a isenção apresentada contempla também o ADS-Agrupamento de Defesa Sanitária de Alcoutim (Giões) e Associação Cumeadas, tendo o vereador José Galrito usado da palavra para referir que as referidas entidades também se encontram isentas, no entanto, verificará a situação. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para questionar igualmente a situação das Escolas cedidas às Zona de Caça, tendo o vereador José Galrito usado da palavra para referir que as referidas entidades não estão contempladas nessas isenções, por mútuo acordo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **EMPREITADA DE EXECUÇÃO DA 2.º FASE DA AVENIDA DE MARTIM LONGO E ARRANJOS PAISAGÍSTICOS DA ZONA ENVOLVENTE – 2.ª FASE DA AVENIDA DE MARTIM LONGO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO - RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta

R

do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ratificar o despacho de recusa dos erros e omissões e aprovação da prorrogação de prazo, proferido em 06 de abril de 2016, respeitante as listagens de erros e omissões apresentadas pelos concorrentes AGROCINCO – CONSTRUÇÕES S.A; CONSDEP – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A E JOSÉ DE SOUSA BARRA & FILHOS, LDA, no âmbito do concurso para a Empreitada de Execução da 2.ª Fase da Avenida de Martim Longo e Arranjos Paisagísticos da Zona Envolvente – 2.ª Fase da Avenida de Martim Longo. ---
----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM – COMPARTICIPAÇÃO**

FINANCEIRA: Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a LCPA conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira no valor de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), ao Grupo Desportivo de Alcoutim, para fazer face com despesas, no âmbito da realização de 2 (dois) estágios profissionais. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para questionar quais são os estagiários, tendo o vereador Paulo Paulino esclarecido que são dois canonistas pertencentes ao Grupo Desportivo de Alcoutim (GDA) – Hugo Carmo e João Rodrigues. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE 2016 ENTRE O MUNICIPIO DE ALCOUTIM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a

R

LCPA conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Contrato Programa entre o Município de Alcoutim e a União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, com um encargo financeiro de € 18.952,87 (dezoito mil novecentos e cinquenta e dois euros e oitenta e sete cêntimos) para aquisição de catacumbas para o cemitério em Pereiro, como transferência de capital e, € 4.412,29 (quatro mil quatrocentos e doze euros e vinte e nove cêntimos) para diversas festividades e eventos culturais e desportivos a decorrer, durante o ano de 2016, na União de Freguesias, como transferência corrente, bem como que seja remetido para a Assembleia Municipal a deliberação camarária que vier a recair sobre a presente proposta, para consequente autorização, em cumprimento com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea m) do artigo 33.º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O vereador José Pereira interveio para alertar que no conteúdo das Atas, no que respeita aos Acordos/protocolos aprovados deve constar o objeto/finalidade dos mesmos, para ser mais perceptível a sua procura. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE 2016 ENTRE O MUNICIPIO DE ALCOUTIM E A FREGUESIA DE MARTIM LONGO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a LCPA conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Contrato Programa entre o Município de Alcoutim e a Freguesia de Martim Longo, com um encargo financeiro de € 2.128,00 (dois mil cento e vinte e oito euros) para aquisição de catacumbas para o cemitério em Martim Longo, como transferência de capital e, € 3.000,00 (três mil euros) para festividades a decorrer durante o ano de 2016 na Freguesia de Martim Longo, bem como que seja remetido para a Assembleia Municipal a deliberação camarária que vier a recair sobre a presente proposta, para consequente autorização, em cumprimento com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado

com a alínea m) do artigo 33.º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-

----- O vereador José Pereira interveio para questionar quais as festividades que englobam este contrato programa, tendo sido esclarecido pelo vereador Paulo Paulino que o mesmo prende-se com as festividades em honra da Nossa Senhora da Conceição, no mês de setembro. O vereador José Pereira continuou a sua intervenção alertando “vamos ver se posteriormente, não existe mais nenhum pedido solicitado pela ADECMAR, nesse âmbito”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE 2016 ENTRE O MUNICIPIO DE ALCOUTIM E A FREGUESIA DE VAQUEIROS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a LCPA conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Contrato Programa entre o Município de Alcoutim e a Freguesia de Vaqueiros, com um encargo financeiro de € 5.000,00 (cinco mil euros) para aquisição de braço triturador para trator, como transferência de capital e, € 7.288,40 (sete mil duzentos e oitenta oito euros e quarenta centimos) para festividades a decorrer durante o ano de 2016 na Freguesia de Vaqueiros, bem como que seja remetido para a Assembleia Municipal a deliberação camarária que vier a recair sobre a presente proposta, para consequente autorização, em cumprimento com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea m) do artigo 33.º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE 2016 ENTRE O MUNICIPIO DE ALCOUTIM E A FREGUESIA DE GIÕES:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a LCPA conjugado com o disposto na alínea

o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Contrato Programa entre o Município de Alcútem e a Freguesia de Giões, com um encargo financeiro de € 3.919,13 (três mil novecentos e dezanove euros e treze cêntimos) para construção de WC público no cemitério de Giões, como transferência de capital e, € 3.500,00 (três mil e quinhentos euros) para festividades a decorrer durante o ano de 2016 na Freguesia de Giões, bem como que seja remetido para a Assembleia Municipal a deliberação camarária que vier a recair sobre a presente proposta, para consequente autorização, em cumprimento com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea m) do artigo 33.º do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para questionar se a Junta de Freguesia de Giões não solicitou apoio financeiro, para a realização da II Edição da Feira do Borrego (07 de maio), tendo o vereador Paulo Paulino usado da palavra para mencionar que não houve qualquer solicitação, bem com mencionar que todos os contratos programas foram acordados com os respetivos presidentes, em várias reuniões realizadas. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO CARENCIADA – PROC. N.º 7/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma participação financeira, no montante de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) ao sr. Afonso Romeira Domingos, com vista à criação de condições de habitabilidade, e melhoramento de casa de banho. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº

16

75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 13 de abril de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e vinte e três minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente



O Secretário



